

## Faz de conta queer...

Julia Mayra Duarte Alves

*(Universidade Federal de Sergipe)*

**Resumo:** Neste texto discuto como a norma regulatória de gênero vem descaracterizando as brincadeiras na Educação Infantil e limitando as experiências lúdicas das crianças. Partindo de pesquisas que evidenciam os efeitos da norma de gênero nas brincadeiras infantis, argumento que é preciso caracterizar o brincar para analisarmos se intervenções baseadas nos ideais de gênero estão descaracterizando esta atividade visto que mesmo diante da diversidade de conceitos sobre o brincar, há aproximações entre diversas autoras que caracterizam as brincadeiras como manifestações que expressam autenticidade, espontaneidade, incerteza, acaso, liberdade e gosto pela ação. Para isso, apresento inicialmente como as ferramentas teórico-metodológicas foucaultianas: discurso, regimes de verdade, poder-saber e subjetivação se entrelaçam e se tornam ferramentas analíticas interessantes para analisarmos o brincar na sociedade contemporânea. Em seguida, apresento quatro abordagens teóricas sobre o brincar: cultural, psicológica, sociológica e, por último, educacional com o objetivo de caracterizar as brincadeiras. Por fim, contextualizo o movimento queer e sua amplitude epistemológica e concluo que uma educação infantil que defenda o lúdico pode estar bem próxima de uma pedagogia queer porque ambas remam contra a maré das conformações dos corpos as normas. Nesse sentido, aquelas que defendem o brincar na educação infantil, precisam também defender que brincadeira não tem gênero.

**Palavras-chave:** Gênero. Educação Infantil. Brincadeiras.

### Considerações iniciais e ferramentas teórico-metodológicas utilizadas

Menino não brinca de boneca, menina não brinca de carro, menino não brinca de cozinhar, menina não brinca de bola... com todas essas limitações estariam as crianças brincando? O que caracteriza o brincar? Podemos chamar de brincadeiras estas atividades quando tão delimitadas e generificadas? Podemos chamar de brinquedos estes objetos com funções tão previamente demarcadas? Existiria algo para além dessa divisão binária das brincadeiras?

Gomes (2006) aponta em sua pesquisa que aos meninos é permitido brincadeiras mais arriscadas, inovadoras, espetaculares, diferente das meninas devem seguir a norma do jogo. A autora conclui que nos primeiros anos, as crianças já interiorizam padrões de comportamento sexuais e apresentam dificuldades em romper com a norma de gênero.

Silva e Luz (2010) investigaram as concepções das educadoras sobre a educação dos meninos em uma escola de educação infantil e relatam que as participantes direcionavam-se por uma imagem de masculinidade que não possibilita aos meninos de maior contato corporal e afetivo, diminuindo suas experiências e brincadeiras tidas como adequadas somente para as

meninas. As pesquisas acima citadas juntam-se as dezenas de outras que evidenciam forte influência da norma de gênero na infância através das atividades que são consideradas brincadeiras.

Não há apenas uma compreensão do brincar pois esta é uma manifestação social e cultural e que, portanto, pode adquirir vários significados. Lira e Mate (2013) discutem que apesar dessa diversidade há aproximações entre alguns autores que caracterizam as brincadeiras como manifestações que expressam autenticidade, espontaneidade, incerteza, acaso, liberdade e gosto pela ação, no entanto, as autoras acreditam que essa caracterização “parece ter sido suplantada por uma série de outras compreensões, principalmente quando adentramos na esfera educativa” (p. 6).

Lemos (2007) discute como o brincar vem sendo transformado em instrumento de disciplina e controle das crianças, para ela “o brincar foi constituído por algumas práticas concretas de especialistas representantes de algumas teorias como dispositivo disciplinar, sendo capturado por tais teorias, que os distribuem em função de classe, raça e gênero, em espaços específicos” (p. 85). A autora defende que o brincar deve possibilitar o rompimento com universos fixos e normalizados, possibilitando diferentes maneiras de viver. É nesse sentido que discuto neste trabalho como a norma de gênero pode estragar as brincadeiras das crianças ao diminuir significativamente suas possibilidades de experiências.

Foucault (1979) nos ajuda a pensar as características históricas da “economia política” da verdade na nossa sociedade. Para ele, esta economia tem cinco características: A “verdade” se concentra no discurso científico e nas instituições que o produz; Submete-se a uma constante incitação econômica e política; É difundida e consumida principalmente nos aparelhos de educação e informação; Sua produção e transmissão é controlada de maneira dominante por aparelhos políticos e econômicos e; É objeto de debates e de confrontos sociais e ideológicos.

Ele discorre sobre quatro regras vista por ele não como imperativos metodológicos, mas como prescrições de prudência (FOUCAULT, 1988) que nos pareceram úteis ao pesquisar os regimes de verdade sobre o brincar. Utilizaremos estes pressupostos que implicam, no nosso contexto de pesquisa, em:

-Desconsiderar que existe certo domínio sobre o brincar que pertencem a um conhecimento científico neutro atentando para as relações de poder-saber principalmente entre os saberes pedagógicos, psicológicos, sociológicos.

-Não buscar quem tem poder ou quem é privado do poder, nem quem sabe ou quem está na

ignorância, mas “buscar os esquemas das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. ‘As distribuições de poder’, e as ‘apropriações de saber’ não representam mais do que cortes instantâneos em processos” (p. 109).

-Pensar no duplo condicionamento do brincar. Atentar que os focos locais de poder que podem ser entendidos como cada atividade escolar que envolve a brincadeira só funcionam porque se inserem em uma estratégia global que pode ser entendida como a criação do próprio brincar que por sua vez só pode existir a partir do suporte e ponto de fixação de cada criança que brinca.

-Admitir que há uma polivalência tática dos discursos “um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de existência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (p. 111-112).

Nesse contexto, discurso, regimes de verdade, poder-saber e subjetivação se entrelaçam e se tornam ferramentas analíticas interessantes para analisarmos o brincar na sociedade contemporânea.

### **Algumas visões sobre o brincar**

Huizinga (1980) caracteriza a ação de jogar que se aproxima com a nossa noção de brincar como uma atividade racional e irracional. Para este autor, estes e outros binarismos tidos como inquestionáveis são rompidos pelo jogar que dentre suas potências, estão a de variação e a de criação de soluções. Ainda de acordo com o autor, esta atividade não pode servir a moral e nem pode ser produto de uma obrigação, sendo, portanto, diferente da atividade laboral, caracterizando-se por ser improdutiva, desinteressada, sem uma função fora dela mesmo.

Vigotski (2008) analisa a brincadeira e o seu papel no desenvolvimento infantil. Ele atribuir a brincadeira a potencialidade de emancipação da criança frente às limitações do ambiente. A brincadeira e a imaginação é um modo inicial que proporciona libertação das amarras situacionais. Ele caracteriza a brincadeira como paradoxal pois ao mesmo tempo em que as crianças realizam seus desejos, elas também aprendem a adiá-los caso estes entrem em atrito com as regras isso porque elas percebem que esta é a condição para uma satisfação maior.

Para este autor, na brincadeira as crianças sempre estão acima da média da sua faixa etária, é brincando que elas aprendem a relacionar os seus desejos com os desejos de seus ‘eu

fictício' imaginada da situação do faz de conta. É a brincadeira fornece as condições para o desenvolvimento das crianças ao criar a zona de desenvolvimento iminente que liga o que o criança já consegue fazer sozinha a ações que ela só faz com ajuda de alguém mais experiente.

Vigostki nos faz refletir que mais interessante que brinquedos industrializados, intervenções excessivas de adultos e aulas expositivas tão frequentes no atendimento a infância é a observação atenta e o oferecimento de tempo, espaço e objetos diversificados através dos quais as crianças constroem suas brincadeiras e desenvolvem modos de ser e viver mais livres, criativos, cooperativos, relacionais, empáticos, sustentáveis.

Para Brougère (1998), os jogos são atividades lúdicas que podem assumir diferentes sentidos a depender do contexto. O autor caracteriza e discute o jogo infantil que em sua concepção não garante aprendizagem mas pode possibilitar aprendizagens significativas que dificilmente são tidas a partir de outras atividades. Para Brougère (1988) o brinquedo é mais do que um objeto pois sua dimensão simbólica é a primordial, portanto, deve-se ter cuidado com a visão e produção adultocêntrica que o reduz a um objeto possuidor de uma funcionalidade. Nessa concepção, o brinquedo deve ser uma espécie de multiplicador de possibilidades que permite livre simbolização para a criança.

Haddad (2014) define o brincar como complexo comportamento, buscando em diversas fontes os conceitos relacionados a esta ação, caracterizando-a como uma atividade em que, de modo geral, as crianças experimentam diversas situações. Para a autora, é importante compreender as características da brincadeira pois só assim é possível diferenciar outras atividades e defender a brincadeira na Educação Infantil.

A autora apresenta as características da brincadeira para Brougère (1998) mostrando que o autor rompe com o mito de que a brincadeira é inata a criança, verdade tão arraigada na pedagogia e na sociedade moderna.

Para o Brougère (1998), a brincadeira é uma construção social ligada a situações de relacionamentos, ou seja, é interindividual e é também cultural. Vai além do explorar objetos pois nesta concepção o brincar pode levar a criança a fazer uso de diferentes maneiras de um mesmo objeto. Os critérios que definem a brincadeira segundo Brougère (1998) são: metacomunicação, decisão, regra, flexibilidade e frivolidade e incerteza.

A metacomunicação é o estabelecimento de uma linguagem que pode ser de natureza diversa, mas que faz com que os participantes se entendam durante a brincadeira. Brougère (1998) utiliza o termo atividade de segundo grau para se referir a atribuição de vários sentidos

a uma mesma realidade. Seria o faz de conta, ou seja, uma ruptura com o sentido cotidiano.

Segundo Haddad (2014) as outras características derivam desta primeira. A necessidade de decisão caracteriza a brincadeira porque ninguém pode ser obrigado a brincar. O terceiro critério é a regra que tanto pode ser pré-existente como também pode ser criada durante os jogos. O quarto critério é a flexibilidade e a frivolidade que permitem a criança durante a brincadeira experimentar de maneira única, sem as pressões da realidade. A pouca ou nenhuma possibilidade de consequências decorrentes da brincadeira potencializa sua experiência. O quinto critério é a incerteza. Na brincadeira os resultados não são prioridades. O que parece ser mais essencial segundo Brougère (1998) é a experiência e a invenção que favorece muitas situações de negociação e de decisões.

Todas essas reflexões teóricas apontadas acima, segunda Haddad (2014) são as condições de possibilidade para diferenciarmos a brincadeira de outras atividades e, portanto, são fundamentais para as pedagogas ou adultos de modo geral preservem a iniciativa das crianças, evitando intervenções desnecessárias e desastrosas que muitas vezes destroem brincadeiras nas quais as crianças poderiam aprender a resolver problemas, a negociar.

Haddad (2014) afirma que é possível intervir sem estragar as brincadeiras, é possível também organizar o espaço e os materiais para que os temas das brincadeiras se tornem mais ricos. No entanto, a melhor forma de ajudar as crianças a se tornarem brincantes é observar. A autora apresenta as três maneiras pelas quais a brincadeira vem sendo inserida na educação: como lazer, como meio pedagógico e como fim em si mesmo. Nas duas primeiras maneiras, as atividades não conseguem atender os critérios de Brougère (1998), apenas através de uma perspectiva na qual a brincadeira não seja considerada um meio para atingir objetivos estabelecidos podemos contribuir para que as crianças sejam seres brincantes e, portanto, criativos, emancipados e mais livres.

### **Por mais faz de conta queer...**

Louro (2008) mostra que ser queer é ser estranho, raro, extraordinário mas que também pode ser ridículo. Utilizada para insultar homossexuais, a palavra foi brilhantemente assumida por um grupo de homossexuais para demarcar justamente o não desejo de ser apropriado pela norma de gênero binária contra-atacando a heteronormatividade compulsória.

A política queer está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos de 1990, passa a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica. Ainda que seja um grupo internamente bastante diversificado, capaz de expressar

divergências e de manter debates acalorados, há entre seus integrantes algumas aproximações significativas (LOURO, 2008, p. 39)

Este grupo vem se apoiando na teoria pós-estruturalista francesa. A construção discursiva das sexualidades analisada por Foucault (1988) ao observar que a existência de alguns discursos médicos ao longo do século XIX sobre a sexualidade estavam defasados em relação aos estudos fisiológicos sobre a reprodução animal e vegetal o que indicava que “O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (p. 62-63).

De acordo com Louro (2008) a proposta teórica de Jacques Derrida também influenciou alguns estudos queer. O pensamento de Derrida de que a lógica ocidental dos binarismos “elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado” (LOURO, 2008, p. 42). Derrida propõe que esta lógica seja abalada através de processos desconstrutivos que busquem desfazer tais binarismos.

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural (LOURO, 2008, p. 43).

Butler (2010), importante teórica queer desestabilizou a relação estável entre sexo/gênero/desejo afirmando que “Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como ‘corpo’ quer como ‘sexo’” (BUTLER, 2010, 154). Ela propõe que no lugar das concepções de construção pensemos em “um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície daquilo que nós chamamos de matéria” (p. 163).

Esta materialização tem início antes mesmo de nascermos e segue sendo possibilitada pela constante reiteração forçada da norma regulatória produzindo efeitos nos processos de subjetivação. É por isso que Butler vai sugerir que até mesmo nosso desejo, considerado tão íntimo é possibilitado ou não pela norma de gênero. Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória anda colada com a norma de gênero, materializando as diferenças corporais. Aqueles corpos que não conseguem seguir a norma binária passam a fazer parte do grupo de

corpos que não importam (BUTLER, 2016) que não tem seus direitos mínimos respeitados como humanos.

Butler nos faz pensar como nossos corpos são modelados e dotados de significados em virtude de determinados paradigmas históricos. Ela aponta que há diversas formas pelas quais podemos buscar compreender a materialidade do sexo.

Algumas pessoas se referem, simplesmente, a características sexuais primárias. Outras defendem que o 'sexo' é caracterizado tanto por partes anatômicas quanto por algo mais elusivo, até mesmo essencial, sobre quem a pessoa é. Outros insistem que o 'sexo' é uma composição complexa de anatomia, hormônios, cromossomos. E ainda outras tendem a pensar que todas essas dimensões científicas do sexo estão colocadas juntas e definidas pela função reprodutiva, e que o sexo pode ser estabelecido em virtude da localização relativa de uma pessoa na vida reprodutiva (BUTLER, 2016, p. 25).

No entanto, Butler sinaliza dois grandes desafios a este modo de pensar: nem todos os corpos sexuados são reprodutivos. As crianças, adultos incapazes de reproduzir e pessoas que nunca quiseram se reproduzir e podemos acrescentar as pessoas velhas que perderam a capacidade de reprodução desafiam então estes modos de materialização do sexo ancorados na vida reprodutiva. Desse modo, Butler (2016) questiona: “Dada essa multiplicidade de posições corporificadas em relação ao mandato cultural da reprodução, poderíamos dizer que é necessário, e até eticamente obrigatório, conceber o corpo sexuado fora dos termos de reprodução?” (p. 25). Para ela, esta forma de pensar o corpo sexuado dentro dos limites reprodutivos que vem sustentando a exclusão de das vidas sexuais que não tenham relação com a reprodução.

Para Oliveira (2017) os feminismos pós-Butler implicam uma amplitude do questionamento do humano e dos processos de inclusão e exclusão que esta categoria se relaciona, ou seja, posicionar-se em um dos lados do sistema binário de gênero significa ter saúde e conseqüentemente, implica inclusão social. Não se enquadrar em uma das duas caixinhas significa, ao contrário, exclusão que pode causar sofrimento que por sua vez pode ser lido e vivido como patológico. Esta exclusão, contudo, vem sendo utilizada politicamente pelo movimento queer.

Silva (1999) aproxima a teoria queer da feminista afirmando que ambas causaram uma reviravolta epistemológica que nos fizeram pensar impensável, o proibido e nos permite analisar, questionar, problematizar, contestar diversas áreas do conhecimento.

Ser queer portanto é raro em uma sociedade marcada pela disciplina e pelo controle como a que vivemos. É mais raro ainda no contexto educacional que historicamente se relaciona com normalização, ajustamento, formação. Uma educação infantil que defenda o

lúdico pode estar bem próxima de uma pedagogia queer porque ambas remam contra a maré das conformações dos corpos as normas.

Ao romper com os binarismos material/imaterial; racional/irracional; produtivo/improdutivo; moral/imoral, a brincadeira nas concepções aqui discutidas se aproxima de uma política queer, que mesmo diante de tentativas de apropriação, se descaracteriza ao ser assimilada pela racionalidade instrumental e, também, pela norma binária de gênero. Nesse sentido, aquelas que defendem o brincar na educação infantil, precisam também defender que brincadeira não tem gênero.

## Referências

BROUGÈRE, Gilles. *Jogo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"* In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-172.

\_\_\_\_\_. BUTLER, Judith. *Corpos que ainda importam*. In: COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 19-42.

FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder*. In: MACHADO, Roberto (Org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.1-14.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. *A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas*. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 35-42, mar. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000100004>.

HADDAD, L. *A brincadeira da criança para Gilles Brougère: suas características e seu lugar na educação infantil* in. MONTEIRO et al. *Processos e práticas na formação de professores da educação infantil*. Campo Grande: EdUFMT, 2014.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira. *A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças*. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 jan. 2018.

LIRA, Aliandra C.; MATE, Cecília H. *Jogos e brincadeiras nas práticas pedagógicas na*

educação infantil: entre o dito e o escrito. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 5-19, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss1articles/lira-mate.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, João M. de. Fazer desfazer o gênero: performatividades, normas e epistemologias feministas. In: DIAS, Alfrânco F. (Org). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracajú: Editora IFS, 2017, p. 13-30.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e seu papel no desenvolvimento. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, junho, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Isabel de O. e; LUZ, Iza R. da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100003>.